

# Decreto nº 49/2012

Regulamenta o Fundo Municipal da Assistência Social de Jardim, Instituído pela Lei nº 1.555 de 22 de dezembro de 2012.

CARLOS AMÉRICO GRUBERT, Prefeito Municipal de Jardim-MS, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município; DECRETA:

Publicada em 06 de junho de 2012

## Art. 1°.

Fica regulamentado o Fundo Municipal de Assistência Social, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações da Política de Assistência Social, destacadas na Lei Orgânica de Assistência Social, como benefícios, serviços, programas e projetos, na área de assistência social.

## Art. 2°.

Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

۱ -

recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

#### 11 -

dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei Orçamentária anual estabelecer no transcorrer de cada exercício:

## III -

doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

#### IV -

receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei;

#### **V** -

as parcelas do produto oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da Lei e de convênios do setor:

## VI -

produto de convênios firmados com outras entidades financeiras;

#### VII -

doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

#### VIII -

outras receitas que venham a ser legalmente constituídas.

## § 1° -

A dotação orçamentária prevista para o Órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela assistência social, será transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, após realização das receitas correspondentes.

## § 2° -

Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais em conta especial sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

#### § 3° -

O saldo financeiro do exercício apurado em balanço, será utilizado em exercício subsequente e incorporado ao orçamento do FMAS.

#### Art. 3°.

O FMAS será gerido pelo Gestor Municipal de Assistência Social, responsável pela Política de Assistência Social, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

#### § 1° -

A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

## § 2° -

O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

## Art. 4°. -

São atribuições do Gestor de Assistência Social:

#### I -

Elaborar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Assistência Social, encaminhando@o@onselho

Municipal@a@ssistência@ocial os Relatórios Mensais sobre sua implementação;

# II -

Administrar o FMAS e coordenar a execução da aplicação de seus recursos, em conjunto com o CMAS e de acordo com o Plano Municipal de Assistência Social;

#### III -

Em consonância com as Deliberações do CMAS, planejar, coordenar e executar projetos de estudos, de pesquisas e de capacitação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento de programas e projetos do Plano Municipal da Assistência Social;

### IV -

Submeter ao CMAS o Plano de Aplicação à cargo do FMAS em consonância com o Plano Municipal da Assistência Social:

### **V** -

Submeter ao CMAS, as demonstrações mensais das receitas e despesas a cargo do FMAS;

## VI -

Encaminhar ao setor responsável pela contabilidade geral do município, as demonstrações mencionadas no inciso anterior, bem como o Balanço Geral do FMAS;

#### VII -

Firmar convênios e contratos, inclusive empréstimos, juntamente com o Prefeito Municipal, ouvido o CMAS, referente a recursos que serão administrados pelo FMAS em consonância o Plano Municipal da Assistência Social;

#### VIII -

Em conjunto com o CMAS, elaborar proposta orçamentária anual do FMAS para integrar o orçamento geral do município, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal;

## Art. 5°. -

Os recursos do FMAS poderão ser aplicados em:

#### I -

financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Gerência Municipal de Assistência Social, ou por órgão conveniado;

## II -

pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução da Política de Assistência Social;

#### III -

aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas;

## IV -

construção, reformas, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para execução da Política de Assistência Social;

# **V** -

desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

#### VI -

desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área da Assistência Social;

## VII -

pagamento dos benefícios eventuais, conforme o Artigo 15 da Lei nº 8742/93 e Alteração contida na Lei nº 12.435/11 e regulamentação municipal;

#### VIII -

pagamento de recursos humanos na área da assistência social.

#### Art. 6°. -

O repasse de recurso para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com demais critérios estabelecidos pelo próprio Conselho.

## Parágrafo único. -

As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e em conformidade com os programas, projetos, serviços e benefícios aprovados pelo CMAS.

# Art. 7°. -

As contas e os relatórios do gestor do FMAS deverão ser apreciados e aprovados pelo CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

### Art. 8°. -

A contabilidade evidenciará a situação financeira, patrimonial e orçamentária do Sistema Municipal de Assistência Social, conforme a legislação pertinente.

## Art. 9°. -

A contabilidade permitirá controle prévio, concomitante e subsequente, informando apropriações, apurando custos de serviços, interpretando e avaliando, com os instrumentos de sua competência, os resultados obtidos.

## Art. 10 -

A contabilidade será feita por profissional habilitado, emitindo relatórios mensais de gestão dos custos dos serviços, assim como os balancetes do FMAS.

#### Art. 11 -

Para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, crédito adicional especial no valor necessário, obedecendo as prescrições contidas nos incisos I a IV do § 1° do Art. 43 da Lei Federal n° 4.320/64.

#### Art. 13 -

Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário; entrando em vigor na data de sua publicação.

Original, Em, 06 de Junho de 2012.

# **CARLOS AMÉRICO GRUBERT**

# **Prefeito Municipal**